

Os Desafios da Educação Inclusiva de Alunos com Transtorno de Espectro Autista e seus Impactos durante a Pandemia

Clarise Verônica Batista dos Santos
Renata Carvalho da Silva
Rita de Cássia Ramos de Souza

RESUMO:

Dada a importância da educação inclusiva para alunos com Transtorno de Espectro Autista (TEA), este estudo tem como objetivo identificar os desafios e os impactos da pandemia na perspectiva inclusiva. Para tanto, utilizou-se uma metodologia qualitativa exploratória, a qual foi feita um questionário e aplicado a 11 professores atuantes em escolas regulares. Diante dos resultados obtidos pela pesquisa, constatou-se que, a inclusão para discentes autistas é ainda, marcada por fatores excludentes, que ocorrem em parte, devido à falta de capacitação para professores, a ausência de recursos pedagógicos nas escolas, e atualmente, em virtude do distanciamento social. Nesse sentido, torna-se pertinente as discussões acerca dessa temática, para viabilizar avanços significativos no âmbito educacional.

Palavras-Chave: Educação inclusiva. Aluno autista. Pandemia.

ABSTRACT:

The Challenges of Inclusive Education of Students with Autistic Spectrum Disorder and its Impacts during the Pandemic

SUMMARY

Given the importance of inclusive education for students with Autism Spectrum Disorder (ASD), this study aims to identify the challenges and impacts of the pandemic from an inclusive perspective. For that, an exploratory qualitative methodology was used, which was done a questionnaire and applied to 11 teachers working in regular schools. In view of the results obtained by the research, it was found that inclusion for autistic students is still marked by exclusionary factors, which occur in part due to the lack of training for teachers, the absence of pedagogical resources available in schools, and currently, due to of social distancing. In this sense, discussions on this theme are pertinent to enable significant advances in the educational field.

Keywords: Inclusive education. Autistic student. Pandemic

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é por lei um direito que garante acesso a entrada de alunos deficientes nas instituições de ensino, preferencialmente em redes regulares. No entanto, o cumprimento eficiente dessa legislação ainda não tem sido bem sucedida. A inclusão voltada para alunos com transtorno de espectro autista (TEA), até então, é marcada por fatores excludentes, que inviabilizam a qualidade de ensino ofertado a esses alunos. Com a pandemia da covid19, e as medidas restritivas de isolamento social, fechamento das escolas, e as aulas remotas emergenciais, supõe que a exclusão tenha se intensificado ainda mais.

Perante esses pressupostos, os principais empecilhos que provocam essa segregação, podem estar diretamente ligados a falta de profissionalização especializada para o atendimento adequado, recursos pedagógicos acessíveis e a própria instituição de ensino que pode não possuir condições ou estar preparada para incluir esse público.

Além disso, por se tratar de um grupo de alunos com dificuldades de socialização e comunicação, o distanciamento social, e a mudança de rotina, podem se tornar mais difícil entre eles, dificultando a interação com os outros alunos. Isso também implica em uma série de complicações para os alunos. Dessa forma, as barreiras que impedem a inclusão dos alunos autistas, podem permanecer por mais tempo do que o previsto.

Partindo desse contexto, notou-se a necessidade em coletar dados acerca dessa temática para reforçar o conhecimento sobre a inclusão, em especial, do público autista, em que se trata de um transtorno que acompanha o indivíduo ao longo da vida. Devido o surgimento da pandemia, percebeu-se que os meios utilizados para atender a esses discentes, precisavam ser mudados para poder incluí-los ao ensino. Dessa forma, considerou-se a relevância dessas discussões para o aprimoramento das ofertas de ensino de qualidade, haja vista o crescente números de deficientes com transtorno global do desenvolvimento. Assim, torna-se a urgente garantir que os direitos sejam assegurados em quaisquer conjunturas, para que a exclusão não seja predominante a essa classe.

Para tanto, busca-se identificar os principais desafios relacionados a essa temática, bem como investigar as consequências ocasionadas pelo distanciamento social com o fechamento das escolas. A fim de compreender como se concretiza a

educação inclusiva de alunos autistas neste contexto atual, e de que forma eles se comportam frente a essa realidade. Nesse sentido, utilizou uma metodologia qualitativa por entrevistas através de um questionário, abrangendo as principais perguntas acerca do estudo, com a finalidade de fundamentar e fixar conhecimento de todo referencial teórico utilizado.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Fundamentação Teórica

Os O autismo, atualmente considerado como transtorno de espectro do autismo é uma realidade brasileira. Estima-se que exista no mundo, 70 milhões de pessoas, destes, 2 milhões só no Brasil, considerando os quadros leves, moderados e severos da deficiência. Todavia a inclusão deste público ainda é um desafio que vem se arrastando ao longo do tempo e tem se agravado neste período pandêmico que a sociedade está vivendo em que tudo teve de ser repensado e readaptado.

De acordo com a Organização Pan Americana de Saúde é possível que exista na população mundial uma criança autista para cada 160 crianças nascidas e estima-se também que esses números têm aumentado consideravelmente ao longo dos anos (BRASIL, 2017). Trata-se de um grande público com suas peculiaridades que requer atenção e atendimento especializado e individualizado. Isso é de suma importância para que de fato as pessoas autistas sejam incluídas e desfrutem da educação e de uma vida digna em sociedade.

Tratar do autismo requer uma reflexão de tantas outras, e tantos outros fatores pertinentes que acompanham essa temática. Os alunos autistas passaram por um processo histórico no âmbito educacional. E percebe-se que a inclusão desta comunidade não se resume em apenas acessibilidade ou aceitação da matrícula destes educandos na escola, muito menos integração, vai além. É necessário um ensino significativo, através de métodos, estratégias e abordagens diferenciadas e especializadas, de acordo com a necessidade cada um.

É notório que já tivemos alguns avanços no que tange ao reconhecimento e “inclusão” deste público, haja vista algumas leis, decretos, diretrizes que abarcam essa causa. O decreto de nº 6.571 de 2008 que institui o AEE – Atendimento Educacional Especializado nas escolas, a lei 12.764/12 que por sua vez garante a

efetivação da matrícula das pessoas com transtorno de espectro autista (TEA) nas escolas regulares são exemplos deste considerado avanço, uma vez que até pelas datas desta legislação percebe-se que as pessoas autistas por séculos tiveram o direito a educação negado.

Contudo, como já mencionado anteriormente, aceitar esses alunos nas escolas, não significa assegurar o direito a educação que inclusive é de todos, segundo a constituição brasileira em seu artigo 205, tão pouco incluí-los no âmbito educacional. De acordo com Mantoan (1997), além de não deixar ninguém de fora do ensino regular, desde os primeiros anos, a inclusão ainda questiona as políticas públicas e também a organização da educação especial e regular. E para tanto faz-se necessário conhecer as necessidades, as especificidades, e as peculiaridades que cada deficiência possui.

O autismo, do qual estamos tratando, o termo deriva do grego autos, que significa si mesmo, é considerado hoje, um transtorno de espectro autista (TEA). Segundo Bosa (2002), são denominados autistas as crianças que tem inaptidão para estabelecer relações normais com o outro, que apresentam atraso na aquisição da linguagem. Essas crianças apresentam estereótipos gestuais, demonstram também uma necessidade de manter inalterável seu ambiente, seu material, ainda que deem provas de uma memória frequentemente notável. Neste sentido Almeida e Albuquerque (2017), explanam que:

O autismo passa a ser determinado como um transtorno que pode estar de forma espectral permeando e também presente em outros transtornos de desenvolvimento e neuropsiquiátricos, ter intensidade leve, moderada e severa, com alterações de sensibilidade que realçam problemas perceptivos e sensitivos (que até então não haviam sido realçados) e passa a ter pontuada a importância da participação de relatos de outros cuidadores no processo diagnóstico para rastrear de forma mais sensível e específica possíveis detalhes que levam a detecção precoce do transtorno (ALMEIDA, ALBUQUERQUE,2017, P. 4)

E ainda de acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM-IV), publicado pela Associação Psiquiátrica Americana (2002) o transtorno Autista é definido pela presença de um desenvolvimento comprometido ou acentuadamente anormal da interação social e da comunicação bem como um repertório muito restrito de atividades e interesses. E essas manifestações do transtorno podem variar bastante, dependendo do nível de desenvolvimento e da

idade cronológica do sujeito. Ainda nesta perspectiva, pode se afirmar também que o autismo não tem causa definida.

É um transtorno que provoca atraso no desenvolvimento infantil, comprometendo principalmente sua socialização, comunicação e imaginação. Manifesta-se até os três anos de idade e ocorre quatro vezes mais em meninos do que em meninas. Algumas características são bem gerais e marcantes, como a tendência ao isolamento, a ausência de movimento antecipatório, as dificuldades na comunicação, as alterações na linguagem, com ecolalia e inversão pronominal, os problemas comportamentais com atividades e movimentos repetitivos, a resistência a mudanças e a limitação de atividade espontânea. Bom potencial cognitivo, embora não demonstrassem. Capacidade de memorizar grande quantidade de material sem sentido ou efeito prático. Dificuldade motora global e problemas com a alimentação (Kanner, apud Menezes, 2012, p. 37).

Com isso, de modo geral e evidente pode considerar que essas são as principais características dos alunos autistas. São elas que devem ser observadas, pois, evidenciam a necessidade de atenção individualizada, de uma educação especializada. E esta perspectiva tem sido um dos maiores desafios no que diz respeito a educação inclusiva deste público. A falta conhecimento sobre a referida deficiência, diagnóstico precoce, bem como aparato profissional e pedagógico nas escolas impedem que de fato os autistas sejam incluídos no ambiente escolar e alcancem uma aprendizagem significativa.

Nesta perspectiva GAUDERER (1987), pontua também que as crianças autistas, em geral, apresentam dificuldades no uso correto das palavras, porém quando submetidas a um programa intenso de aulas adequadas apresentam mudanças positivas tanto nas habilidades de linguagem, motoras, interação social quanto na aprendizagem. Nota-se que a criança com autismo geralmente aprende de maneira lenta e gradativa, tal fato, exige que o docente e demais corpo escolar adeque o seu sistema de comunicação a cada aluno, priorizando o ensino e aprendizagem, nesta feita, a persistência e a sensibilização dos envolvidos são fundamentais.

Conforme já mencionado, bem como exposto no questionário, parte desta pesquisa, aplicado com professores que atuam em escolas regulares de ensino, as maiores dificuldades no que tange a inclusão dos alunos autistas estão estritamente ligadas a falta de especialização, formação adequada dos docentes, bem como a falta de conhecimento amplo da deficiência e a ausência ou precariedade dos recursos físicos e pedagógicos para esse processo. Ou seja, o processo de inclusão vai além do fato de ter nas escolas a presença ou a matrícula de alunos autistas.

Percebe-se que em detrimento das especificidades do aluno autistas, as dificuldades se apresentam, ao mesmo tempo que apontam que é conhecendo e considerando as que a inclusão pode acontecer de fato. Em consonância, Silva (2012) pontua que as crianças autistas apresentam dificuldades de socialização, até atrasos mentais o que as impedem de acompanhar as propostas e demandas pedagógicas no mesmo ritmo que as demais crianças. E que para elas faz-se necessário um atendimento educacional condizente.

Esta é a grande questão que diverge da realidade das escolas brasileiras, pois nelas, inclusive nas respostas dos professores no questionário da presente pesquisa, pode se averiguar que ainda falta conhecimento por parte dos docentes em relação ao diagnóstico e características do autismo, assim como falta também o aparato físico e pedagógico especializado e adequado por parte da escola para com essa deficiência, esse público. Com isso alunos autistas são inseridos no contexto escolar, porém sem perspectiva de adquirir aprendizagem significativa.

Tendo em vista que os autistas possuem o seu próprio ritmo de aprendizagem, dispõem ainda de algumas resistências a exemplo da socialização, interação que precisam ser consideradas e trabalhadas individualmente. Condiz com o artigo V da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) afirma que a educação especial deve visar à integração afetiva, social do educando, em consonância com a constituição federal (CF) que por sua vez aponta esta educação deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando aos discentes os devidos recursos educativos, currículo, técnicas e métodos capazes de atender a necessidades desses educandos. (Brasil, 1996).

Dessa forma percebe-se que umas das maiores dificuldades também é estreitar o caminho entre a legislação e a realidade, haja vista o teor das leis atendem e as características das deficiências que realmente exigem uma adequação do currículo, dos métodos, das estratégias escolares, no entanto o que é perceptível é que essa adequação na prática ainda não existe, pelo menos de modo satisfatório. E agora com a pandemia decorrente do COVID 19, a situação torna-se ainda mais grave. Pois uma das primeiras demandas do autismo, a interação social, foi comprometida com as aulas remotas, presentes desde 2020, no início da pandemia.

Além disso sabe-se também que as mudanças de materiais e ambientes são delicadas para o público autista, e essas foram umas das mudanças mais evidentes com a pandemia. As aulas que até então eram presenciais tornaram-se remotas,

virtuais, o material era diversificado, passou a ser impresso ou virtual, sem a presença do professor, ou seja, para além da ausência de um profissional especializado, na pandemia os alunos ficaram ainda sem o suporte do professor, sobrecarregando aos pais enquanto as aulas estiverem remotas.

Para as crianças com autismo clássico isso é aquelas crianças que tem maiores dificuldades de socialização, comprometimento na linguagem e comportamentos repetitivos, que fica claro a necessidade de atenção individualizada. Essas crianças já começam sua vida escolar com diagnóstico e as estratégias individualizadas vão surgindo naturalmente. Muitas vezes elas apresentam atrasos mentais e, com isso não conseguem acompanhar a demanda pedagógica como as outras crianças. E para essas crianças serão necessários acompanhamentos educacionais especializados e individualizados. SILVA (2012, p.109).

De acordo com GAUDERER (1987), as crianças com autismo, em geral, apresentam dificuldades em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas quando participam de um programa intenso de aulas parecem ocorrer mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e a aprendizagem. A criança autista geralmente tem nível de aprendizagem lento e gradativo, portanto, caberá ao professor e a escola adequar o seu sistema de comunicação a cada aluno. Deve-se perceber que o ensino é o principal objetivo do trabalho com essas crianças; a persistência dos envolvidos são um grande aliado deste objetivo.

Conforme já mencionado, bem como exposto no questionário, parte desta pesquisa, aplicado com professores que atuam em escolas regulares de ensino, as maiores dificuldades no que tange a inclusão dos alunos autistas estão estritamente ligadas a falta de especialização, formação adequada dos docentes, bem como a falta de conhecimento amplo da deficiência e a ausência ou precariedade dos recursos físicos e pedagógicos para esse processo. Ou seja, o processo de inclusão vai além do fato de ter nas escolas a presença ou a matrícula de alunos autistas.

Percebe-se que em detrimento das especificidades do aluno autistas, as dificuldades se apresentam, ao mesmo tempo que apontam que é conhecendo e considerando as que a inclusão pode acontecer de fato. Em consonância, Silva (2012) pontua que as crianças autistas apresentam dificuldades de socialização, até atrasos mentais o que as impedem de acompanhar as propostas e demandas pedagógicas no mesmo ritmo que as demais crianças. E que para elas faz-se necessário um atendimento educacional condizente.

Esta é a grande questão que diverge da realidade das escolas brasileiras, pois nelas, inclusive nas respostas dos professores no questionário da presente pesquisa, pode se averiguar que ainda falta conhecimento por parte dos docentes em relação ao diagnóstico e características do autismo, assim como falta também o aparato físico e pedagógico especializado e adequado por parte da escola para com essa deficiência, esse público. Com isso alunos autistas são inseridos no contexto escolar, porém sem perspectiva de adquirir aprendizagem significativa.

Tendo em vista que os autistas possuem o seu próprio ritmo de aprendizagem, dispõem ainda de algumas resistências a exemplo da socialização, interação que precisam ser consideradas e trabalhadas individualmente. O que condiz com o artigo V da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) afirma que a educação especial deve visar à integração afetiva, social do educando, em consonância com a constituição federal (CF) que por sua vez aponta esta educação deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando aos discentes os devidos recursos educativos, currículo, técnicas e métodos capazes de atender a necessidades desses educandos. (Brasil, 1996).

Dessa forma percebe-se que umas das maiores dificuldades também é estreitar o caminho entre a legislação e a realidade, haja vista o teor das leis atendem e as características das deficiências que realmente exigem uma adequação do currículo, dos métodos, das estratégias escolares, no entanto o que é perceptível é que essa adequação na prática ainda não existe, pelo menos de modo satisfatório. E agora com a pandemia decorrente do COVID 19, a situação torna-se ainda mais grave. Pois uma das primeiras demandas do autismo, a interação social, foi comprometida com as aulas remotas, presentes desde 2020, no início da pandemia.

Além disso sabe-se também que as mudanças de materiais e ambientes são delicadas para o público autista, e essas foram umas das mudanças mais evidentes com a pandemia. As aulas que até então eram presenciais tornaram-se remotas, virtuais, o material era diversificado, passou a ser impresso ou virtual, sem a presença do professor, ou seja, para além da ausência de um profissional especializado, na pandemia os alunos ficaram ainda sem o suporte do professor, sobrecarregando aos pais únicos que desempenham essa tarefa enquanto as aulas estiverem remotas.

Os pais durante a pandemia acabam se responsabilizando pela educação dos filhos, esta que, diante das circunstâncias impostas pela pandemia, pode não atender, ou promover a aprendizagem esperada. Cunha (2004) postula que o educando autista

não adquire a autonomia necessária, por isso é importante que ele conte com um auxílio de um profissional capacitado para dar suporte ao professor em sala de aula. Na perspectiva da educação inclusiva um único educador não consegue atender a uma classe com diferentes níveis educacionais, nem proporcionar educação inclusiva adequada, tendo em vista que tudo que for construído no âmbito educacional de prezar pela qualidade.

2.2 Metodologia

O presente trabalho configurou-se em um estudo, que objetiva levantar informações sobre o que se conhece de um determinado tema. Trata-se de uma pesquisa precedente de natureza exploratória, que tem a finalidade de identificar os desafios da inclusão de alunos de espectro autista, como também investigar os impactos da pandemia a esse mesmo contexto, para assim, compreender os fatores correspondentes relacionados a essas questões.

Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Pesquisa realizadas nesse formato, caracteriza-se como um procedimento, que conforme Creswell (2010), as estratégias escolhidas, permite explorar e entender o significado que é atribuído a um problema, seja ele social ou humano. Enquanto que a exploratória, segundo Gil (2002), permite aprimorar hipóteses e proporcionar maior familiaridade com o problema. Sendo assim, é possível obter uma visão geral de determinados fatos.

Os dados foram coletados por meio de um questionário com 13 perguntas preestabelecidas, considerando igualmente a aplicação criteriosa e justa para todos os participantes. Utilizou-se o aplicativo google forms para a criação desse questionário, pela facilidade de acesso, e a visualização das respostas, visto que, o contexto pandêmico, e as medidas restritivas de distanciamento social, inviabilizou a entrevista pessoalmente.

O questionário, é afirmado por Gil, (1999, p.128): “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” Nesse sentido, a obtenção de informações através dessa forma de intervenção, possibilita um melhor aproveitamento das discussões.

Assim, participaram da pesquisa 11 professores ativos em redes de ensino regulares públicas e privadas de diferentes localizações. As perguntas foram todas formuladas com base no que se buscava saber sobre as experiências docentes, frente as questões de inclusão dos alunos autistas. As respostas em partes foram bastante semelhantes, outras completamente diferentes, sendo possível equilibrar as opiniões e realidades de ambas as partes e cumprindo o propósito metodológico a esse tipo de estudo.

Após a leitura e verificação dos dados do questionário, foi constatado que uns dos principais desafios da educação inclusiva para aluno autista, estão estritamente relacionados a falta de capacitação do docente, abertura para a inclusão, e precariedade dos recursos disponíveis nas escolas. Pode-se concluir também que, devido a covid19, as aulas em sua maioria têm acontecido apenas por meio de material impresso que são realizados em casa com o acompanhamento dos pais.

2.3 Resultados e Discussão

Tendo em vista os dados coletados, foi analisado considerando o tema de estudo e os principais objetivos de investigação. A partir dos levantamentos de informações do questionário aplicado, foram descobertas questões a respeito dos desafios da educação inclusiva de alunos autista nas escolas, e como a pandemia da covid19 tem impactado nesse processo.

Assim, espera-se além de identificar esses desafios, investigar e compreender essa temática, com base nas respostas obtidas do questionário, e dos pensamentos dos teóricos, com a finalidade de se chegar uma conclusão sobre o problema, e descobrir possíveis soluções para sua resolução.

Ao todo, 11 professores participaram da aplicação do questionário, esses serão identificados aqui como P1, P2, P3, P4, P5 e P6, P7, P8, P9, P10, P11. Todos trabalham ativamente em diferentes escolas regulares de redes públicas e privadas. Neste momento, serão apresentados os resultados obtidos do questionário aplicado a esses professores e as devidas discussões acerca da temática. A primeira questão foi sobre a opinião dos docentes referente ao maior desafio que a escola enfrenta para incluir o aluno autista:

P1) afirmou que está na dificuldade de o professor aceitar o processo de inclusão; (P2) acredita de que seja a dificuldade de encontrar o meio de interação. Já (P3, P5 e P6, P7, P10, P11) assemelham-se mais nas respostas, afirmando ser a falta

de capacitação para o docente; (P4) informa que o pouco conhecimento do diagnóstico do aluno caracteriza o maior desafio; para (P8 e P9) a preparação da escola, e ausência de recursos pedagógicos. Frente as essas opiniões, pode salientar que:

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área. (Santos, 2008, p. 9).

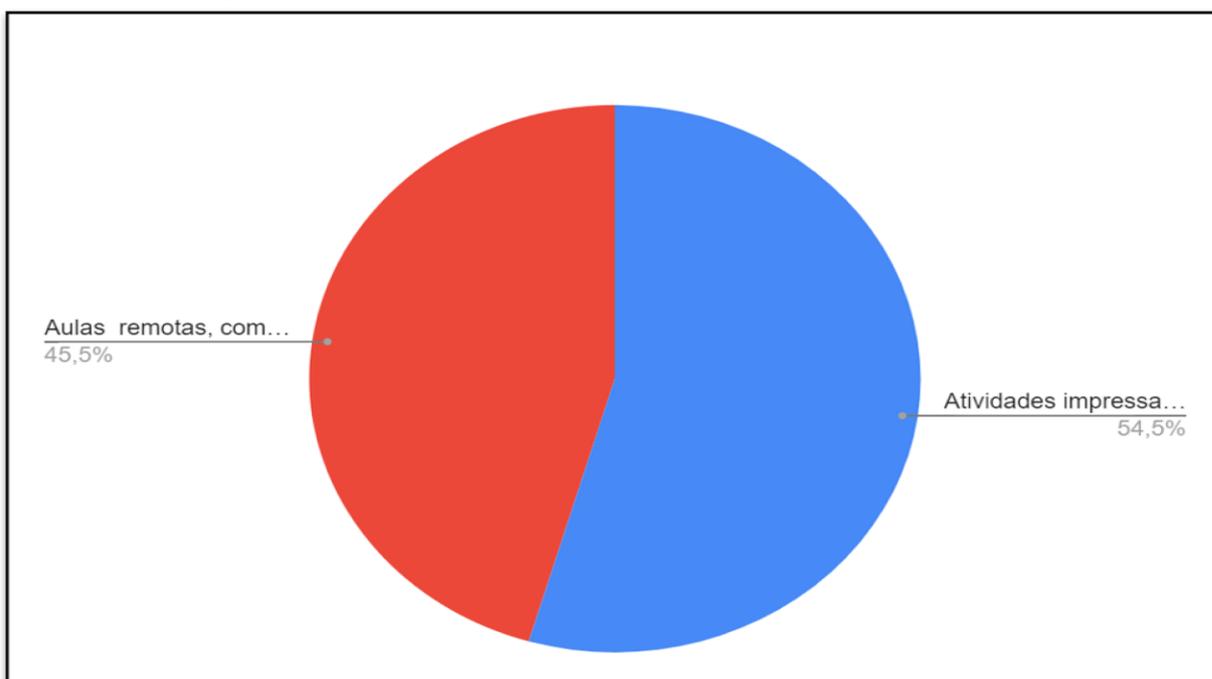
Como salienta Santos (2008) acima, a falta de conhecimento sobre o autismo, e em como lidar com isso, pode gerar suposições erradas sobre a situação. Nesse caso, todas as respostas dos professores se caracterizam como problemas da falta de preparação e a necessidade de ajustes na educação, para que ela se torne de fato, inclusiva.

Devido a pandemia, as aulas passaram a ser realizadas de forma remota, ou com atividades impressas disponibilizados pela escola. Não há dúvidas que esse contexto, tenha causado impacto na aprendizagem de todos os estudantes, principalmente, na dos autistas.

De acordo com o conselho nacional da educação, as atividades não presenciais se aplicam a todos os alunos em quaisquer níveis e etapas de escolarização. Nesse sentido, as atividades pedagógicas não-presenciais devem garantir esse ensino aos alunos, inclusive os autistas.

Com intuito de saber de que forma estava sendo ministradas as aulas para esses alunos, nas respectivas escolas em que os professores entrevistados trabalhavam, uma das indagações a esse respeito foi feita, embora seja difícil essa inclusão, as escolas precisam estar preparadas. E como outros alunos estão tendo aulas remotas, uma forma de incluir esse aluno, seja disponibilizando esse tipo de acesso as aulas também. O gráfico 1 mostra a porcentagem referente a essa questão:

Gráfico 1 – Contagem de aulas remotas e atividades impressas



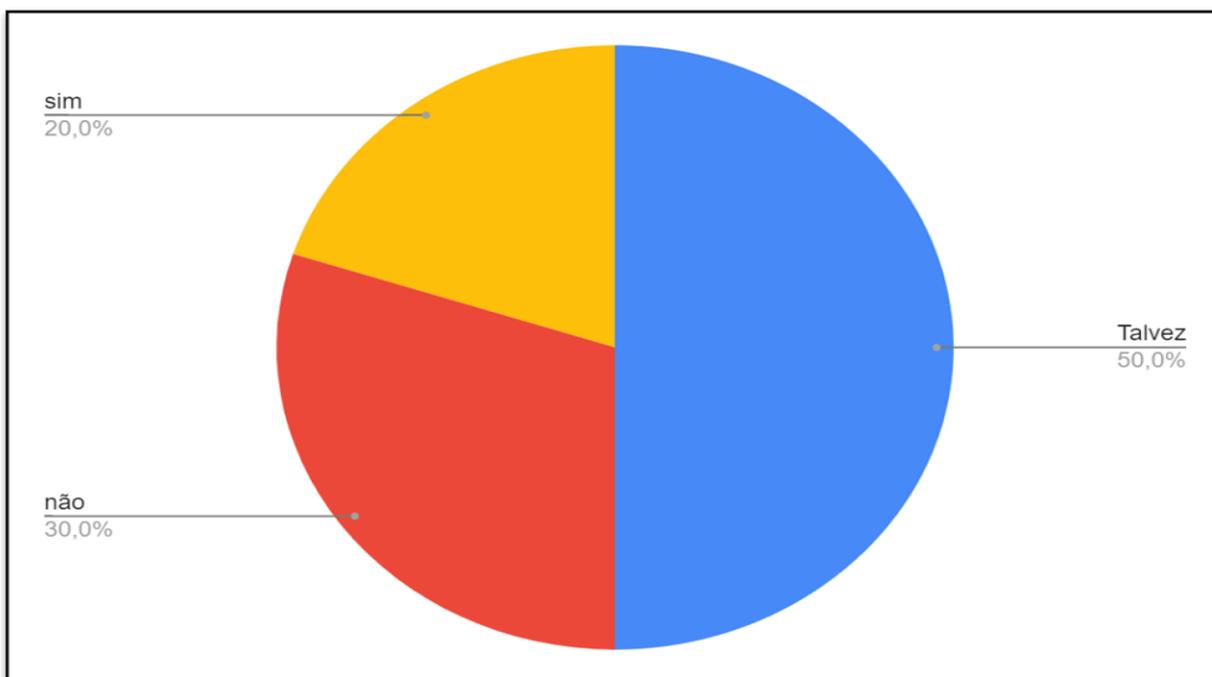
Fonte: Excel, (2021).

Respectivamente, 5/11 professores responderam que as aulas eram ministradas de forma remota na escola em que trabalham, com objetivo de incluí-los na turma com os demais alunos, enquanto que os outros 6 responderam que o ensino era fornecido por atividades impressas que precisavam ser feitas com acompanhamento dos pais em casa.

Percebemos, que mesmo o ensino remoto seja uma opção para tentar incluir esse aluno com TEA, as atividades impressas ainda predominam a oferta de ensino a esses alunos. Diante disso, Vale ressaltar que, o acompanhamento pedagógico especializado para esse público, é importante para seu aprendizado e desenvolvimento. Nesse sentido, Silva (2012) salienta, que crianças nesse contexto tem maiores dificuldades de socialização e comprometimento na linguagem, e não conseguem acompanhar a demanda curricular da escola, ficando claro a necessidade de acompanhamento individualizado.

Quando perguntado se as aulas remotas seriam uma das opções necessárias para incluir alunos autistas nessa pandemia, a maioria dos professores responderam a opção talvez, como mostra o gráfico 2 com as respectivas porcentagens:

Gráfico 2 – contagem de inclusão



Fonte: Excel, (2021).

Assim, 3 professores acreditam que sim, outros 3 acreditam que não e 5 não tem uma resposta completamente definida, indicando que talvez, possa ser uma solução. Entende-se que essas respostas indicam que não é só o ensino remoto que vai garantir a inclusão, enquanto que quem acredita, supõe que deva ser feito uma mudança curricular e que a escola se prepare para esse processo que não é tão fácil. Desse modo, é importante pensar também, na participação ativa do próprio discente autista, e de sua família, tal como é apresentado por Costa – Rosa (2000), para que se pense em rotinas orientada por profissionais da saúde mental, visando amenizar sentimentos que causem desorganização emocional.

Em relação aos impactos da pandemia, os professores responderam alguns, evidenciados atualmente devido o distanciamento social. Pode-se perceber que essa situação tem afetado negativamente a aprendizagem dos alunos com TEA. Como algumas respostas foram semelhantes, apenas 4/11 serão citadas aqui:

“Aulas remotas e a falta de atendimentos especializados.” (P3)

“Ausência de interação com outras crianças, falta de conhecimento e preparo dos pais.
(P5)

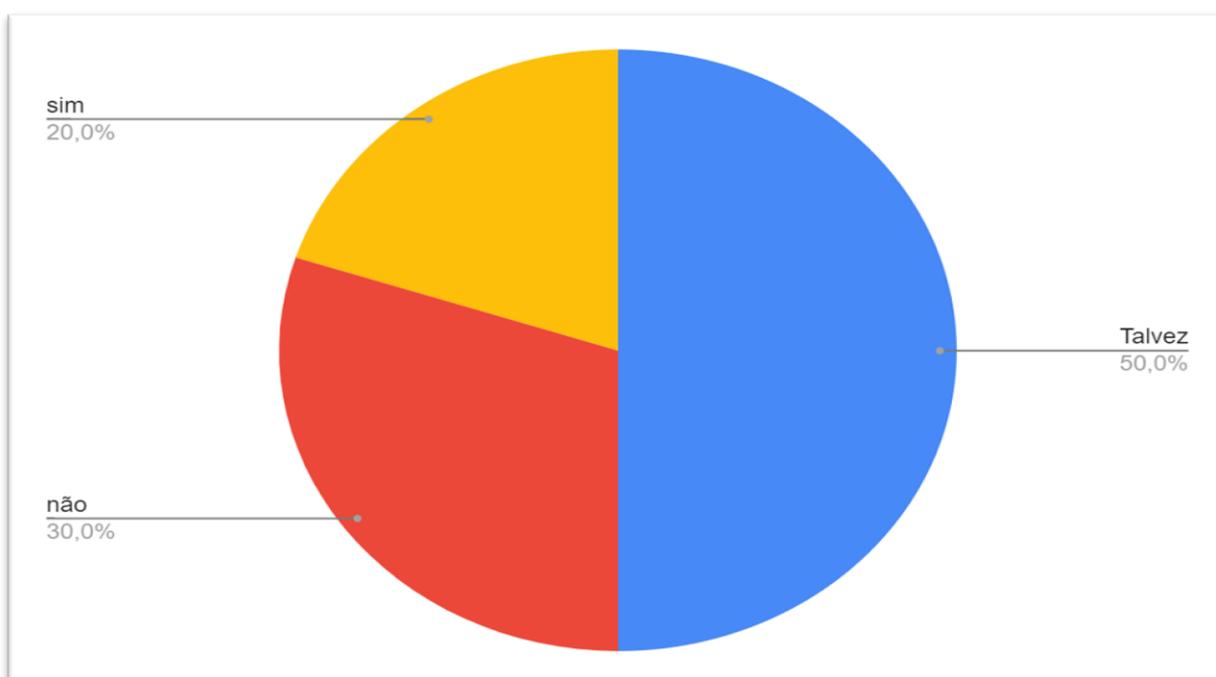
“Aumento de alguns sintomas típicas do autismo assim também como a ansiedade que infelizmente está comum na sociedade”. (P9)

“Falta de contato com o educador, impedindo o uso de uma linguagem objetiva e a comunicação corporal e visual que as crianças necessitam nesse processo de ensino/aprendizagem.”(P10)

Considerando esses impactos, nota-se já que, se já era um desafio a inclusão de alunos autistas sem o surgimento da pandemia, agora com as aulas remotas, ou com material impresso para casa, mais difícil fica para que se consiga incluir esse aluno com êxito.

Acredita-se que um dos desafios da inclusão para alunos com TEA, seja a ausência de professores capacitados para o atendimento a esse público. Assim, foi questionado em uma das perguntas, se os docentes viam a falta de profissionalização como um dos fatores responsáveis pela exclusão e obteve a respectiva resposta, conforme mostra o gráfico 3:

Gráfico 3 - contagem sobre exclusão



Fonte: Excel, (2021).

A maioria dos docentes não sabem ao certo se essa se constitui com um fator segregador, enquanto outros concordam ou discordam completamente, afirmando que sim e que não. No entanto, FERRAIOLI; HARRIS (2011), demonstra que é importante que o professor tenha conhecimento sobre as peculiaridades de alunos com autismo, para que seja possível a inclusão.

Sendo assim, para que alunos não sejam excluídos, é preciso ter conhecimento. Os educadores citaram alguns dos meios eficazes para que se consiga incluir o aluno autista em sala de aula. entre as principais então as atividades lúdicas (P3); e aproveitamento das habilidades e interesses dos alunos (P11)

Nem todos os professores atuantes nas redes de ensino tem ou já teve aluno autista, mas isso não quer dizer que tenha que esperar ter para buscar aprender mais o transtorno. Dentre os entrevistados, 8/11 tem ou já teve algum público com esse espectro, e descreveram algumas das dificuldades encontradas durante suas aulas, aqui serão citadas 3 dessas respostas:

“Distância da família no processo educacional e Turmas numerosas” (P1)

“A dificuldade de socializar com os outros alunos, a falta de recursos , a falta de aceitação dos pais” (P4)

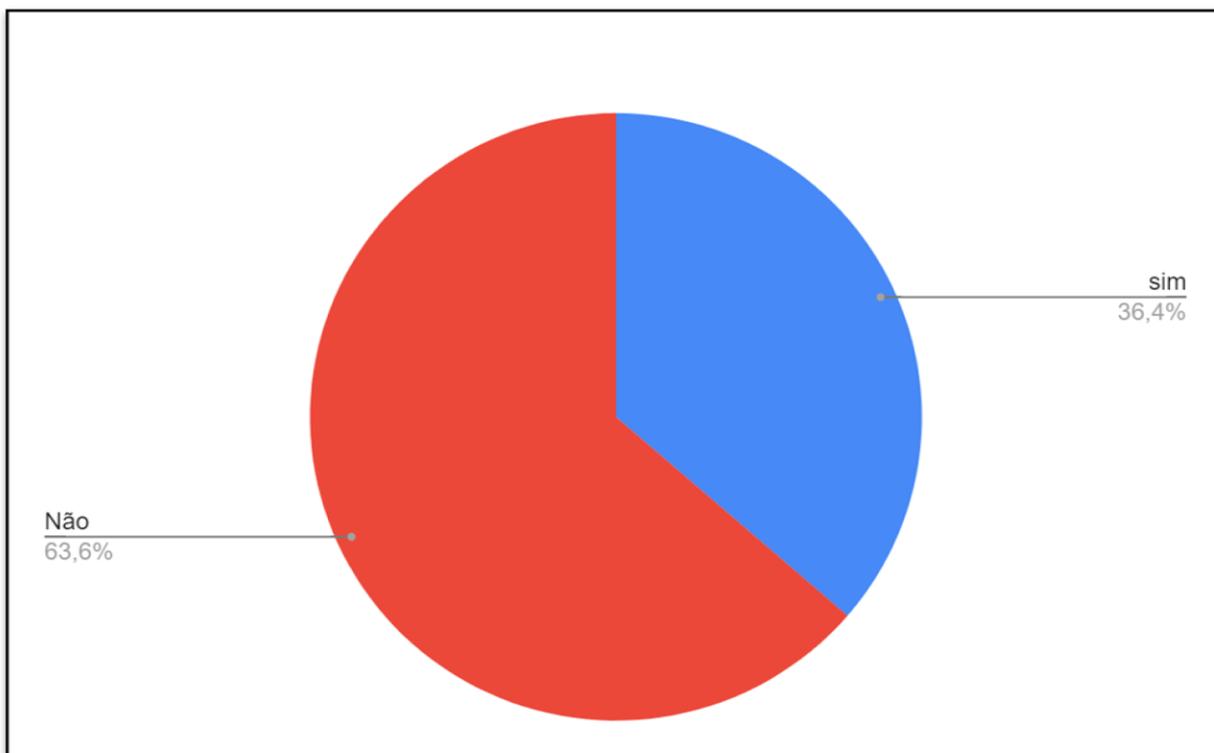
Em 2018 tive um aluno com autismo esse tinha facilidade de aprendizagem e por conta dessa facilidade ele não aceitava que se repetisse nenhuma explicação, se alterava e falava “isso de novo” , não gostava de músicas , quando irritado ficava embaixo da cadeira, tapando os ouvidos com as mãos entre outras dificuldades. (P7)

Como é possível notar, essas dificuldades se enquadram em um conjunto de fatores, e um deles com certeza, é a falta de preparo da escola, e de capacitação para o corpo escolar. Entre os entrevistados, apenas 5 possuíam preparação na área, diante de todo o tempo em que atuam como profissional da educação.

Sabemos que o aluno autista tem diversas particularidades, e perante realidade, foi perguntado aos professores sobre qual tipo de atividade ajudaria engajar os alunos, e 9 professores ressaltaram que atividades com jogos, e de curta duração, cumpriram o objetivo de proporcionar motivação para participar das aulas.

O problema, é que a escola, nem sempre possui recursos para trabalhar eficientemente com determinadas dinâmicas. Como o trabalho educacional com esses alunos requer um material diferenciado e que chame atenção, é preciso que se tenha disponível esses recursos. Nesse sentido, uma das perguntas, foi justamente para saber se havia esse tipo de material específico para esses alunos, na escola em que os respectivos professores trabalhavam, o gráfico 4 mostra essa porcentagem:

Gráfico 4 - contagem das escolas que possui recursos para autistas



Fonte: Excel, (2021).

O resultado, era já o esperando. 8/11 escolas não tinham recursos pedagógicos para proporcionar um ensino mais inclusivo a esses alunos. Enquanto, que apenas 3 ofertavam esse tipo de material, e nesse caso, poderia estar mais bem preparada para acolher o aluno com esse transtorno.

Para finalizar o questionário foi feita duas perguntas a primeira: O professor(a), concorda que conhecer todos os alunos de forma individual, identificando como cada um aprende pode potencializar a aprendizagem e conduzir a escola a inclusão?

Tendo em vista essas indagações, destacou-se a principal resposta: “Sim! Pois, conhecendo a individualidade de cada aluno, o educador irá explorar as habilidades e potencialidades da criança, entenderá os seus interesses, fará o uso de uma linguagem objetiva e criará estratégias/dinâmicas inclusivas.” (P4)

É possível incluir de maneira eficiente, alunos autistas em escolas regulares?

“É possível sim desde que a escola não deixe que o professor seja o único responsável em garantir esse direito à inclusão.”

Diante de todas as indagações feitas, e as respostas obtidas, se confirmou que de fato, a inclusão para alunos com Transtorno de Espectro Autista, é um desafio, e a pandemia da corona vírus, só intensificou ainda mais com a situação já vivenciada por

esse público. Nesse sentido, MARTINS et al. (2008), fala que as inclusões podem ser precárias, e nesse caso, pode não garanti o acolhimento e atendimento necessário que essa criança ou adolescente necessita.

3. CONCLUSÃO

Portanto, diante de tudo que até aqui fora elucidado, torna-se pertinente a abordagem e discursão desta temática, uma vez que o público autista é uma realidade no Brasil, são cidadãos e cidadãs brasileiras, cujo direito a educação assegurado na constituição federal, está esbarrando na falta de conhecimento sobre o transtorno de espectro autista (TEA), também na falta de formação adequada, especializada por parte dos docentes, bem como na ausência de materiais didático, aportes necessários para promover a inclusão deste público no âmbito escolar.

Tais situações se agravaram durante a pandemia por conta do isolamento social, aulas online, remotas. Assim faz-se necessário desenvolver e aplicar políticas públicas que abarquem essas dificuldades e estreitem esse caminho que ainda existe entre a legislação e a realidade dos alunos autistas que necessitam de uma educação especial para de fato adquirir aprendizagem significativa. Faz-se necessário de modo comum e contínuo que a escola adapte seu currículo para atender a demanda deste público. Valle e Maia (2010) definem adaptação curricular como o conjunto de modificações necessárias para atender de fato, as diferenças individuais dos alunos.

Ainda nesta perspectiva, torna-se necessárias também a profissionalização adequada do corpo escolar no que tange ao conhecimento aprofundado da transtorno de espectro autista (TEA) e também da educação inclusiva, bem como as habilidades necessárias para lidar com esses educandos para que as práticas docentes utilizadas não sejam excludentes, pelo fato de não atender as especificidades dos discentes autistas, mas que sejam de inclusão, de fato possibilitem um ensino aprendizagem significativo capaz de promover uma vida digna, em sociedade com direitos garantidos.

4. REFERÊNCIAS

ALMEDA, Caroline Martins de; ALBUQUERQUE, Karine. **Autismo**: Importância da Detecção e Intervenção Precoces. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Vol. 01. pp 488-502, Abril de 2017. ISSN:2448-0959.

Bosa, C. A. (2002). Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In C. R. Baptista & C. A. Bosa (Orgs.), *Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção* (pp. 21-39). Porto Alegre: Artmed.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de Dezembro de 2012, institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtornos do espectro Autista diário da república federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 de dezembro 2012.

Brasil. Ministério de Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: MEC; 1996.

CAVACO, N. Diagnostico prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças Autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: wak editora, 2014.

CUNHA, E. Autismo e inclusão: psicopedagoga prática educativas na escola e na família. 5º Ed. RJ: Wak ed, 2014.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3 ed. Porto Alegre: Artmed. 2010.

FERRAIOLI, S. J.; HARRIS, S. L. Effective educational inclusion of students on the autism spectrum. *Journal of Contemporary Psychotherapy*, {S.I.}, v. 41, n. 1, p. 19-28, 2011.

GAUDERER, E. Christian, *Autismo – Década de 80. Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais*, Ed. Almed, 2ª edição, 1987

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Igualdade e diferença na escola**: como andar no fio da navalha. In: PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.

MARIANO, L. M. A.; DONATO, T. T.; LIMA, A. O. M. N. DE. INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO CONTEXTO DO ENSINO REGULAR. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 5, n. 9, p. 363-377, 7 set. 2020.

MARTINS, L. A. R.; et al. **Inclusão: compartilhando saberes**. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

MENEZES, A. R. S. Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende? Dissertação (Mestrado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

RIBEIRO, J. J. Educação inclusiva e os desafios para formação de docente. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 84–95, 2020.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. *Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar*. São Paulo: CRDA, 2008.

SILVA, A. B. B. **Mundo singular**: entenda o Autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, Fabiana de Lima da; FRANÇA, Aurenia Pereira de. SOBRAL, Maria do Socorro Cecílio. Educação Inclusiva: O Autismo e os Desafios na Contemporaneidade. *Id on Line Rev.Mult. Psic.*, Dezembro/2019, vol.13, n.48, p. 748-762. ISSN: 1981-1179.

Unesco. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: UNESCO; 1990

Brasil. Ministério de Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: MEC; 1996.